

LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL¹

Nanci Oddone

Dra. em Ciência da Informação pelo IBICT/UF RJ,

Professora do ICI/UFBA, neoddone@ufba.br

Resumo: Costuma-se dizer que a Ciência da Informação surgiu no Brasil em 1970, rompendo com um passado de práticas que não respondiam mais, de modo satisfatório, às demandas bibliográficas e informacionais de uma comunidade científica em expansão e de uma sociedade em franco desenvolvimento tecnológico. Examinando a trajetória profissional de Lydia de Queiroz Sambaquy, especialmente durante os anos em que fundou e exerceu a presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1954-1965), a pesquisa sugere que as atividades desempenhadas no IBBD naquele período caracterizavam já um trabalho propriamente informacional que, materializando um domínio híbrido entre Biblioteconomia, Documentação e informação científica, ofereceu o fundamento indispensável à futura emergência da Ciência da Informação.

Palavras-chave: informação científica; biblioteconomia; documentação

Abstract: It is usual to say Information Science was born in Brazil in 1970, breaking off ties with old bibliographical practices which weren't any more able to properly answer the requirements of an ever spreading scientific community and the needs of a society that was, then, continuously guided toward technological development. Following Lydia de Queiroz Sambaquy's professional career, specially during the years she founded and directed the Brazilian Institute of Bibliography and Documentation (1954-1965), this study suggests that the actions IBBD performed at that time were, in fact, informational activities which, producing an hybrid domain between Librarianship, Documentation e scientific information, offered the necessary base to the future origin of Information Science.

Keywords: scientific information; librarianship; documentation

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora estejamos habituados a pensar a história da Biblioteconomia e da Documentação no Brasil como um longo *continuum*, na verdade ela se caracterizou por várias rupturas. Ao ser criado, o IBBBD representou um rompimento ainda mais radical em relação às práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais antes adotadas no Brasil. Entendemos por ‘práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais’, de modo abrangente, os serviços de toda natureza que eram prestados a usuários em estabelecimentos dedicados à organização de registros bibliográficos. Nas primeiras décadas do século XX, as bibliotecas não eram só os melhores símbolos desse universo de práticas: elas o encarnavam com exclusividade, pois fora de seu ambiente não havia locais onde fosse possível obter serviços de informação. Nos anos seguintes as bibliotecas começaram a se fazer mais presentes: nas cidades, nas universidades, nos órgãos públicos. Onde houvesse uma demanda sistemática por informações bibliográficas elas existiriam.

A Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, parte do Serviço de Documentação desse órgão, foi criada em 1938 e representou um grande diferencial na realidade das bibliotecas brasileiras da primeira metade do século XX. O Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC, implantado em 1942, oferecia um poderoso mecanismo de integração e capacitação das já então numerosas bibliotecas. As novas configurações da administração pública, por sua vez, demandavam uma racionalização dos serviços que ainda não havia alcançado o interior de muitas dessas bibliotecas. Aparelhada para enfrentar essa situação, Lydia de Queiroz Sambaquy ofereceu uma resposta precisa para os problemas biblioteconômicos e documentais daquele momento.

Mobilizando o aparato técnico e operacional que a Biblioteca do DASP lhe proporcionava, Lydia passou a coordenar uma vasta rede de bibliotecas que permitiu a extensão de suas idéias e de seus procedimentos a um contingente cada vez maior de bibliotecários brasileiros. A consequência foi uma descontinuidade entre a Biblioteconomia que se conhecera até ali e a que se veria a partir de então, pouco a pouco legitimada pela comunidade profissional. A autoridade e a influência desse novo modelo concorreram para organizar conceitos, práticas e artefatos e para tornar estável o domínio de competências relacionado à área. Isso permitiu a formação de uma Biblioteconomia forte e uniforme, que era compreendida e aceita por todos – ou pela grande maioria – preparando o caminho para o que viria a seguir.

Empregando conceitos e técnicas da Documentação e da informação científica, Lydia provocaria uma última reviravolta nessa realidade com a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Examinando a trajetória profissional de Lydia de Queiroz Sambaquy, especialmente durante os anos em que exerceu a presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, esta pesquisa sugere que, sob sua chefia, o órgão cumpriu funções de natureza propriamente informacional e, materializando um domínio híbrido entre Biblioteconomia, Documentação e informação científica, tornou-se o fundamento da Ciência da Informação na década de 1970.

2 COOPERAÇÃO

Com o fim do Estado Novo, Lydia deixou a Biblioteca do DASP e dedicou-se principalmente ao SIC – agora sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas – e ao ensino de catalogação e classificação no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. “Cooperação” foi um conceito decisivo para Lydia a partir de 1942. E embora as dificuldades com o SIC se ampliassem, seu entusiasmo não esmorecia.

A defesa de uma permanente cooperação entre bibliotecários e bibliotecas esteve, portanto, cada vez mais presente nos textos de Lydia, chegando mesmo a transformar-se num princípio a ser defendido e disseminado. O momento máximo desse processo discursivo de convencimento e arregimentação ocorreu em 1951, quando ela preparou o artigo sobre catalo-

gação cooperativa que apresentaria na Conferência da Unesco, que ocorreria naquele ano em São Paulo: *Desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina*. Publicado em português na **Revista do Serviço Público** dois meses antes da realização do evento, onde o texto apareceu em espanhol (SAMBAQUY, 1951, 1953), o artigo chama a atenção pelo trabalho firme e eficiente de conscientização ali desenvolvido. Além disso, a leitura deste texto nos permite identificar algumas das principais formulações que orientarão a criação do IBBD dali a três anos e que marcarão presença nos documentos de Lydia depois de 1954.

“[...] O que importa é que as bibliotecas compreendam que, para servir bem, não lhes é necessário conhecer somente que livros possuem, mas também onde se encontra o livro ou a informação que realmente está sendo desejada. [...] É importante que não esqueçam os bibliotecários ou os organizadores de bibliotecas, que estas não mais podem viver isoladas e que a cooperação que derem umas às outras lhes será devolvida muitas vezes multiplicada, em juros elevados. [...]” (SAMBAQUY, 1951, p. 39)

Depois de participar dessa Conferência da Unesco em São Paulo, além de uma defesa mais consistente da cooperação e da integração entre os bibliotecários, o discurso de Lydia começou a incorporar também elementos oriundos das propostas internacionais de trabalho desse órgão. Assim, integrando o Comitê II do evento, que tratou da “ação interamericana necessária para o desenvolvimento das bibliotecas públicas”, ela teve oportunidade de oferecer contribuições, sob a forma de um relatório ao IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, no qual muitas das idéias que farão parte do projeto de criação do IBBD já estão antecipadas. Neste sentido, é importante lembrar que o trabalho que Lydia desenvolvia na Fundação Getúlio Vargas, um órgão que aos poucos ia construindo uma sólida reputação e uma visível centralidade no cenário político, administrativo e também científico brasileiro, criava diversas oportunidades para que ela estivesse em contato com pessoas e instituições potencialmente importantes para as questões biblioteconômicas.

3 CRIAÇÃO DO IBBD

Sobre o período imediatamente anterior à criação do IBBD em 1954, Luiz Antonio Gonçalves da Silva já nos apresentou, em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade de Brasília em 1987, todos os mínimos detalhes das intrincadas negociações, dos interesses disputados por cada uma das instituições envolvidas – o recém-criado CNPq e a Fundação Getúlio Vargas – dos problemas ocorridos entre Lydia e Herbert Coblans, o consultor enviado pela Unesco para coordenar a implantação do centro bibliográfico e, por fim, do resultado favorável alcançado por Simões Lopes em favor do projeto que vinha sendo delineado por Lydia há já alguns anos. Embora muitas outras investigações ainda possam ser conduzidas em torno desta questão, pode-se dizer de imediato que os documentos pessoais de Lydia são claros, autorizando perfeitamente uma conclusão: todo o projeto de criação do IBBD foi traçado por ela, planejado por ela e escrito por ela, inclusive rascunhos de documentos que mais tarde se tornariam oficiais (SILVA, 1987).

Toda esta articulação tem início em 1952, quando por intermédio de Paulo Carneiro, representante do Brasil na Unesco, ela consegue ser indicada, junto com Jannice MonteMór, para fazer, às expensas da Unesco e da Fundação Getúlio Vargas, uma viagem de quase um ano pelas principais bibliotecas e centros de informação da Europa e dos Estados Unidos. Essa viagem é decisiva para a melhor definição de suas idéias em torno da cooperação e da estrutura que um órgão nacional dedicado ao trabalho bibliográfico deveria ter para impulsionar as atividades científicas e tecnológicas no Brasil. Ela retoma um conceito já exposto em 1943, numa palestra proferida na Biblioteca do DASP:

“[...] Para isso as bibliotecas devem, em primeiro lugar, procurar encontrar, para poderem oferecer aos interessados, todo o material bibliográfico que, de qualquer modo, tiver valor para os trabalhos diretamente relacionados à mobilização econômica. Em segundo lugar, elas devem esforçar-se, tanto quanto possível, para despertar o interesse pela leitura desse material. [...]” (SAMBAQUY, 1943)

A idéia de um órgão centralizador, que capitalizasse recursos bibliográficos para uso de toda a comunidade científica sairá vencedora de todos os embates, embora bem mais tarde ela acabe por trazer uma série de problemas para Lydia e para seus assessores. É que o cenário promissor que se estabeleceu no início da década de 1950 durou pouco e mesmo antes de surgirem problemas de natureza política, os problemas financeiros já se faziam notar. No início da década de 1960, Lydia tinha bastante dificuldade em obter as verbas necessárias à manutenção das inúmeras de coleções de periódicos correntes que o IBBD assinava, mas ainda acalentava a idéia de transformar a Biblioteca do IBBD na

Foto 1
Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia



A biblioteca do IBBD em 1962

“[...] [R]eúne, atualmente, uma das mais importantes coleções de referência bibliográfica e [...] deverá ser transformada, em breve, na Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia”.

Fonte: BRASIL, 1962, p. 59.

Os anos de 1963 e 1964, porém serão decisivos para que Lydia reveja seus conceitos. Seus ideais se tornarão pouco sustentáveis. E questões políticas virão agravar o quadro.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis, SC.

4 NOVO REGIME DE INFORMAÇÃO

O IBBD instituiu um novo regime de informação no Brasil (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003). Esta afirmativa decorre não apenas das novas práticas e posturas que o órgão adotou e disseminou entre bibliotecários e pesquisadores brasileiros, mas principalmente da força das novas construções teóricas que começaram a ser utilizadas no contexto do órgão. Parecia difícil enfrentar a estruturação de um órgão como o IBBD apenas na posse de um par de conceitos biblioteconômicos. A assembléia de fatores intervenientes era imensa e cada item demandava uma parcela própria de atenção. Equipamentos, coleções, políticas, orçamentos, reuniões, funcionários, pesquisadores e toda uma extensa gama de agentes exigia decisões imediatas e eficientes. Não que Lydia não estivesse preparada para isso, tanto emocionalmente quanto profissionalmente. Ao contrário, se havia uma pessoa que podia fazê-lo era Lydia.

Mas era preciso articular também um discurso em que todos esses novos atores estivessem compostos e organizados de forma eficiente e conseqüente. Além de trabalhar e produzir com afinco para erguer uma instituição que todos respeitassem, era necessário construir e manter uma imagem pública que fizesse jus a todo aquele esforço. Entre 1955 e 1956 muitas iniciativas nessa direção começaram a ser realizadas. Uma das primeiras foi a criação dos cursos de pesquisa bibliográfica. Nesses cursos, direcionados principalmente à comunidade de bibliotecários brasileiros, muitas inovações foram postas em prática. Uma das mais notáveis foi a idéia – sem dúvida originária de uma visão mais internacional da Biblioteconomia – de permitir que interessados que não fossem bibliotecários se matriculassem nos cursos.

Independente dos efeitos concretos dessa política – que infelizmente ainda não atraía o interesse de nenhum pesquisador da Ciência da Informação – sobre os bibliotecários e sobre os pesquisadores que eventualmente tenham participado desses cursos, uma controvérsia assinalou, desde logo, uma espécie de desavença entre Lydia e a mentalidade que ela cultivava no IBBD e a “pura” Biblioteconomia de que era representante, por exemplo, Laura Garcia Moreno Russo. Laura Russo, que mesmo antes da regulamentação da profissão já defendia uma posição que mais tarde iríamos chamar de corporativista (SOUZA, 1990), era frontalmente contra a admissão de alunos que não fossem bibliotecários. Apesar das discussões entre elas, que nos foram relatadas por alguns de nossos entrevistados, Lydia nunca abriu mão desse princípio, definindo assim uma distância entre aquela prática profissional que se exercia no IBBD e a prática da Biblioteconomia, entendida de forma restrita e típica como as atividades conduzidas em bibliotecas. Este foi um dos primeiros princípios do novo regime posto em ação pelo IBBD enquanto dispositivo de articulação de forças que operava nesse cenário.

Os cursos de pesquisa bibliográfica, assim como antes já haviam sido os cursos preparatórios de bibliotecários do DASP e o próprio SIC, exerceram uma influência decisiva na propagação desse novo modelo proposto para a área da Biblioteconomia. Hagar Espanha Gomes, em artigo publicado na década de 1970, ressaltava a situação precária da formação de recursos humanos para a área em meados da década de 1950 e assinalava o diferencial oferecido pelos cursos do IBBD aos candidatos:

“[...] O Curso de Bibliografia Especializada [...], apesar do nome, incluía em seu currículo outros tópicos que não eram ministrados nas escolas de graduação, como a própria bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização de serviços técnicos, etc. Todas essas matérias foram incluídas posteriormente nos programas das escolas, com nomes diversos. [...]” (GOMES & ZAHER, 1972b, p. 315-316)²

5 BIBLIOTECONOMIA & DOCUMENTAÇÃO

Não era mais, portanto, uma “pura” Biblioteconomia que se praticava e que disseminava nos cursos do IBBD. O que se observa é que o IBBD havia conseguido implantar, em seu novo regime, posturas e mentalidades que estavam “contaminadas” por um outro conceito: a Documentação. Como vimos anteriormente, a Biblioteconomia ainda não havia se ajustado, no Brasil, às questões postas desde 1930 pela Documentação de Paul Otlet. No resto do mundo, ao contrário, essas questões já estavam em pauta há pelo menos uma década, como atestam, por exemplo, os artigos sobre esse tema escritos por Jesse Shera, um dos principais divulgadores da Documentação nos Estados Unidos e no mundo (SHERA, 1944, 1952, 1956, 1957; SHERA & EGAN, 1961, 1965).

Quando da vinda de Shera ao Brasil, a convite do IBBD – um convite realizado muito a propósito – para ministrar uma disciplina no curso de pesquisa bibliográfica, Washington Moura, bibliotecário da Câmara dos Deputados, publicou um artigo no **Boletim Informativo do IBBD** em que comentava a chegada do americano e produzia um testemunho inequívoco dos grandes dilemas trazidos pela Documentação aos bibliotecários brasileiros:

“[...] Tratemos, portanto, de perguntar ao professor Shera como nós, bibliotecários, seremos suficientes para exercer o cargo na documentação. Ele poderá sugerir-nos a maneira de realizar uma catalogação menos inibida, sem fazer do seu código um cavalo de batalha, pois, bem a propósito, Dr. Shera entrou na profissão como catalogador. Aproveitaríamos também para, em seminário, considerar, a par de tantos outros problemas difíceis, o preparo econômico de nossas bibliografias, a conveniência da adoção generalizada da Classificação Decimal Universal, primeiro passo para algumas de nossas inadiáveis questões abertas. O professor Shera deverá, afinal, ajudar-nos a discernir o sentido exato de todas as mudanças em perspectiva na documentação. [...]” (MOURA, 1957, p. 168)

A construção de um novo arcabouço teórico que desse conta da nova ordem de práticas e posturas introduzidas pelo IBBD começou a ser elaborada em torno de 1956, quando Lydia, Edson Nery da Fonseca e outros profissionais que trabalhavam no IBBD entraram em contato com as idéias da FID e da Documentação, provavelmente por intermédio da Unesco ou da IFLA. Mas seria necessário proceder a uma apropriação nacional daqueles conceitos e daqueles discursos. Isso foi feito com a colaboração de um bibliotecário da Biblioteca Nacional, Octavio Calazans Rodrigues (SAMBAQUY, 1956a).

Levados a um corpo-a-corpo com a Documentação, Lydia, Nery e outros foram informados por Octavio Rodrigues sobre as aventuras de Manuel Cicero Peregrino da Silva no reino da Documentação no início do século. A oportunidade de operar um “resgate” era sem dúvida muito mais excitante, interessante e promissora do que a criação *ex nihilo* de toda uma estrutura teórico-discursiva. Produzem-se, apresentam-se em congressos³ e publicam-se então vários artigos sobre o tema (SAMBAQUY, 1956a, 1956b; FONSECA, 1957; DIAS, 1958, entre outros). A Associação Brasileira de Bibliotecários, com sede no Rio de Janeiro, de que todos esses profissionais eram membros, também se articula e, a propósito de um concurso para bibliotecário e “documentarista” aberto pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização⁴, promove um curso especial de preparação cuja apostila recebeu o título de *Temas de Documentação* (ASSOCIAÇÃO, 1958). A apostila contém textos de Fonseca, Irene de Menezes Dória, Laura Figueiredo, Laís da Boa Morte e outros, a maioria funcionários do IBBD.

A articulação entre Biblioteconomia e Documentação foi executada tão convenientemente que, anos mais tarde, tanto Edson Nery (FONSECA, 1992), quanto Antonio Briquet de Lemos, afirmariam que no Brasil, “a cisão entre bibliotecários e documentalistas que se observou em outros países” não se verificou (LEMOS, 1972, p. 13). No restante do mundo, porém, esta era uma questão pungente, como atestava Lasso de La Vega:

“[...] A explosão da literatura técnica e científica a que assistimos deu origem a uma profissão nova, a de documentalista [...]. O homem de ciência, o erudito e o técnico não acham hoje no bibliotecário a solução para o mais importante de seus problemas: a documentação. [...]” (LASSO DE LA VEGA, 1969, p. 107-108)

É evidente, por outro lado, que o híbrido entre Biblioteconomia e Documentação proposto pelo IBBD não foi uma iniciativa aleatória. Assim como mais tarde a Ciência da Informação (PINHEIRO, 2004) seria oferecida como solução para fazer face às novas problemáticas da década de 1970, a composição Biblioteconomia/Documentação produzida pelo IBBD respondia a orientações internacionais, postuladas principalmente pela ação da FID. A comunidade nacional de bibliotecários, por sua vez, que ainda não possuía espaços apropriados para a produção independente de conhecimentos, respondeu agradecida, incorporando “aos seus currículos o ensino da Documentação, sem que houvesse protestos relevantes” (LEMOS, 1972, p. 13). Quando porém a Biblioteconomia brasileira tentou promover a definitiva anexação da Documentação ao seu domínio na década de 1980, esta pretensão lhe foi oficialmente negada:

“[...] Parece assim ao Relator desnecessário que os bibliotecários sejam explicitamente chamados de documentalistas, uma vez que isto já está expressamente incluído no campo de sua profissão. E ainda porque parece conveniente eludir uma possível perplexidade, que poderia nascer de uma terminologia inovada: Bibliotecário e Documentalista, uma vez que a primeira profissão inclui a segunda, mas a recíproca não é, forçosamente, verdadeira. [...]” (NOVA, 1983, p. 140)⁵

Outra importante alteração operada pelo regime de informação criado no IBBD foi a participação da área em eventos de natureza propriamente científica. Os pesquisadores do órgão, associados à SBPC, criaram por exemplo os Simpósios de Bibliografia, onde apresentaram comunicações de grande valor em termos de produzir interseções entre a Documentação e a comunidade científica nacional. Muitos dos produtos e iniciativas do IBBD decorreram desse intercâmbio com os cientistas brasileiros. A participação de bibliotecários na ABNT também ocorreu nesse período. Criado o Comitê de Documentação, muitos dos bibliotecários do IBBD, dele participaram, encarregando-se de desenvolver, ao lado de colegas paulistas, principalmente, as primeiras versões das normas de bibliográficas que até hoje utilizamos.

Contudo, o fato de maior relevo na configuração desse novo regime de forças parece ter sido a transformação por ele operada na definição do conjunto de serviços e de práticas que, doravante, estaria incluído no domínio dessa Biblioteconomia articulada à Documentação. Para fazer um paralelo talvez um pouco ousado, mas que parece cabível, diríamos que deixando um pouco de lado as utopias otletianas, perceberemos que Paul Otlet não apenas compreendeu a centralidade e a importância do fenômeno da Documentação e da informação para a sociedade, a cultura e a ciência: ele o fabricou. Ele o colocou em pauta e o definiu, com palavras e ações. De certa forma, o IBBD procedeu de maneira semelhante durante os seus primeiros dez anos de existência: fabricando seus instrumentos, seus conceitos, suas regras, suas práticas, seus discursos.

6 TRABALHO INFORMACIONAL

Como dissemos, parece-nos que o conjunto de práticas não apenas pleiteadas, mas efetivamente executadas pelo IBBD nesse período não pertenciam mais, exclusivamente ao domínio da Biblioteconomia. Esse conjunto de atividades exercidas no IBBD materializava um domínio diferente, uma composição híbrida entre Biblioteconomia e Documentação para o qual, contudo, ainda não havia uma designação mais apropriada. Ou melhor, uma designação mais apropriada ainda não era internacionalmente reconhecida. Neste sentido, o regime de informação instituído com a criação do IBBD parece sugerir já a possibilidade de que um trabalho propriamente informacional – tal como descrito por Farradane e por seus contemporâneos (FARRADANE, 1955, 1970, 1971; EVANS & FARRADANE, 1959; ALLIBONE, 2002; DYSON & FARRADANE, 2002) viesse a se estabelecer.

Não nos referimos aqui às distinções pleiteadas por Farradane quanto à formação necessariamente científica do “information officer”, do “information specialist” ou do “information scientist”, que ele concebia como verdadeiros pesquisadores: químicos, geólogos ou biólogos. Mencionamos, exclusivamente, as práticas enumeradas por Farradane como competências específicas desses novos profissionais. O programa do curso de treinamento desenvolvido por Farradane em 1958 incluía:

- Comunicações humanas
- Técnicas de investigação
- Fontes de informação
- Catalogação, indexação e classificação
- Apresentação da informação
- Administração
- Reprodução documentária
- Leis de direito autoral” (EVANS & FARRADANE, 1959, p. 1492)

“[...] Uma das funções do oficial de informação é a responsabilidade pela reunião, organização e circulação da informação requerida pelo estabelecimento. [...] Ele é responsável por garantir que o trabalho do grupo de pesquisa seja apropriadamente registrado e publicado [...]. Ele tem responsabilidade pela seleção crítica e pré-análise do material requerido pelo grupo de pesquisa [...]. Suas respostas a uma consulta freqüentemente irão além daquelas de um bibliotecário de referência [...]. Ele deve preparar análises da informação disponível de modo essencialmente completo, acurado e atualizado [...]. À primeira vista haveria um amplo espaço comum entre o treinamento de um bibliotecário e o de um técnico em informação técnica [...]” (EVANS & FARRADANE, 1959, p. 1489-1490)

À primeira vista, diríamos nós, as qualificações e o programa propostos por Farradane para o seu “information officer” englobavam tudo aquilo que os bibliotecários do IBBD estavam acostumados a realizar no seu cotidiano profissional: a pesquisa, a geração da informação, a produção de repertórios secundários, sua reprodução, disseminação e distribuição.

Embora concordemos que esta breve análise é insuficiente para a comprovação afirmativa dessa proximidade entre as práticas do IBBD e o universo do trabalho informacional, esperamos que ao menos ela coloque a possibilidade dessa tangência de sentido na agenda dos pesquisadores da área, que poderão aprofundá-la com maior rigor em trabalhos futuros.

Quando Lydia foi levada a deixar a presidência do IBBD no final de 1965, por força da pressão de que vinha sendo alvo depois da cassação dos direitos políticos de seu marido, Julio de Furquim Sambaquy, o projeto do IBBD prosseguiu, sob as mãos de outras bibliotecárias. Celia Ribeiro Zaher e Hagar Espanha Gomes, ex-companheiras, deram ao IBBD os novos e promissores rumos de uma Ciência da Informação.

“[...] Despedimo-nos, hoje, da direção do IBBD com muita saudade, mas convencidos da necessidade, que periodicamente se impõe à administração, da renovação e rejuvenescimento dos seus quadros dirigentes. [...] Temos inteira confiança nos destinos do IBBD e na capacidade de trabalho de seus funcionários. É com grande satisfação que fazemos, hoje, essa profissão de fé. Se nos permitimos falar assim é porque consideramos o Instituto um pouco como um filho bem amado, em quem pomos toda a nossa esperança no que se refere aos trabalhos de documentação científica em nosso país. De repente, o filho ficou adulto e está exigindo autonomia e capacidade de ação. [...] Temos a sã consciência de haveremos servido o Instituto com dedicação, com amor, entusiasmo, patriotismo. Por isso mesmo e não por qualquer outro motivo, procuramos ter a indispensável coragem e energia para renunciar a esse trabalho, que nos seduzia, nos cativava, para prestar-lhe mais um serviço [...]. Quando compreendi que o IBBD estava a exigir providências urgentes para as quais me faltavam soluções adequadas, fui obrigada, pelo bem deste Instituto e de seu pessoal, a afastar-me, por maior que fosse o sacrifício. [...]” (SAMBAQUY, 1965)

Foto 2



Lydia e Jannice planejando o IBBD, 1954

Fonte: Arquivo pessoal Jannice Monte-Mór



Lydia de Queiroz Sambaquy (1913-), década de 1940

Fonte: Arquivo pessoal Lydia de Queiroz Sambaquy

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis, SC.

REFERÊNCIAS

ALLIBONE, T. E. Careers in science information work. *Journal of Information Science*, London, v. 28, n. 1, p. 83-87, 2002. [Originalmente publicado em 1966].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS. Departamento Técnico. *Temas de documentação*. Rio de Janeiro, 1958. 55f. [Não-paginado].

BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisas. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Bibliotecas especializadas brasileiras*: guia para intercâmbio bibliográfico, contendo plano para aquisição planificada. Rio de Janeiro, 1962. 376p.

BRASIL. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19674.htm. Acessado em 22.04.2004a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Mensagem de Veto nº 749, de 25 de junho de 1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/1998/Mv0749-98.htm. Acessado em 22.04.2004b.

DIAS, Antonio Caetano. *O ensino de biblioteconomia no Brasil*: informe apresentado ao I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia realizado no Recife, em junho de 1954. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado/Serviço de Publicidade, 1958. 36p.

DYSON, G. Malcolm; FARRADANE, Jason E. L. Education in information work: the syllabus and present curriculum of the Institute of Information Scientists Ltd. *Journal of Information Science*, London, v. 28, n. 1, p. 79-81, 2002. [Originalmente publicado em 1962].

EVANS, A. B. Agard; FARRADANE, J. Training the scientific information officer. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTIFIC INFORMATION, 1958, Washington. *Proceedings...* Washington: National Academy of Sciences, 1959. 2v. p. 1489-1494. Disponível em http://books.nap.edu/html/sci_inf_1959/. Acessado em 18.03.2004.

FARRADANE, J. Professional aspects of information science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*, n. 6, p. 399-410, 1971.

FARRADANE, J. Professional education of the information scientist. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES BIBLIOTHÈQUES ET DES CENTRES DE DOCUMENTATION: CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION, 22., 1955, Bruxelles. *Communications...* La Haye: Martinus Nijhoff, 1955. 3v. Vol. IIB, p. 76-81.

FARRADANE, J. The Institute: the first twelve years. *The Information Scientist*, London, v. 4, n. 4, p. 143-151, 1970.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992. 156p.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis, SC.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE/ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995, Edmonton. **Electronic proceedings...** 14p. Disponível em <http://www.ais-acsi.ca/1995proceedings.htm> ou em <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>. Acessado em 20.11.2004.

GOMES, Hagar Espanha. Problemas de recursos humanos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 1975, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1978. 2v. Vol. 1, p. 47-50.

GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972b. p. 315-323.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Néida. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de documentación**: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería. Barcelona: Labor, 1969. 830p. Capítulo X: La documentación: su definición y caracteres, p. 107-116.

LEMO, Antonio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 11-37.

MOURA, Washington José de Almeida. A propósito da vinda do professor Shera ao Brasil. **IBBD Boletim Informativo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3-4, p. 165-168, maio/ago. 1957.
NOVA proposta de currículo mínimo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 137-148, jan./jun. 1983.

ODDONE, Nanci. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaghy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). Rio de Janeiro, 2004. 157 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ/ECO, 2004.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, LOUREIRO, J. Mauro Matheus. Políticas públicas de C&T, ICT e de pós-graduação e o surgimento da ciência da informação no Brasil. CINFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais eletrônicos...** 21p. Disponível em http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html. Acessado em 15.05.2004.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **[Despedida do IBBD]**. Rio de Janeiro, 1965. 4p. manuscrito.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogação cooperativa e catalogação centralizada. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 3, n. 2, p. 36-39, ago. 1951.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: DESARROLLO DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA: Conferencia de São Paulo, 1951, São Paulo. *Anais...* Paris: Unesco, 1953. 208p. p. 63-70.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catálogo coletivo de periódicos. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 25-33, jan./abr. 1956a.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*: conferência pronunciada no salão nobre da Biblioteca Pública de São Paulo, no dia 3 de novembro de 1942, por ocasião da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1943. 10p.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Manuel Cicero Peregrino da Silva. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 235-239, set./out. 1956b.

SHERA, Jesse H. Research and developments in documentation. *Library Trends*, v. 6, n. 2, p. 187-206, 1957.

SHERA, Jesse H. Special librarianship and documentation. *Library Trends*, v. 1, n. 2, p. 189-199, oct. 1952.

SHERA, Jesse H. Special library objectives and their relation to administration. *Special libraries*, v. 35, n. 3, p. 91-94, mar. 1944. Disponível em <http://www.sla.org/content/shop/speclibs.cfm>. Acessado em 30.10.2004.

SHERA, Jesse H. The training of the chemical librarian: a challenge and an opportunity. *Special libraries*, v. 47, n. 1, p. 8-16, jan. 1956. Disponível em <http://www.sla.org/content/shop/speclibs.cfm>. Acessado em 30.10.2004.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 296p. p. 15-61. [Originalmente escrito em 1953].

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Foundations of a theory of bibliography. In: FOSKETT, D. J. (ed.). *Libraries and the organization of knowledge*. London: Crosby Lockwood & Son, 1965. 224p. p. 19-33. [Originalmente publicado em 1952].

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. *A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil*: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Brasília, 1987. 226p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Biblioteconomia, 1987.

SOUZA, Francisco das Chagas de. *O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1990. 120p.

¹ Texto extraído da tese de doutorado defendida pela autora em 2004 (Cf. ODDONE, 2004).

² Cf. também GOMES, 1978 e LEMOS, 1972.

³ Os congressos da área surgem também nesse período e poderiam ser, por si mesmos, temas de interessantes pesquisas sobre a configuração desse novo regime de informação.

⁴ Neste caso, o uso do termo documentação – e de seus derivados – deveu-se à influência dos Serviços de Documentação que vigoravam no serviço público federal e não, ainda, à influência do IBBD.

⁵ Este pleito se assemelha bastante ao que, já no final dos anos 1990, a Biblioteconomia brasileira colocava em pauta com a revisão da lei de regulamentação da profissão e a assinatura da Lei nº 9.674 (BRASIL, 2004a): a incorporação da “informação registrada”, que lhe foi integralmente negada pelos vetos presidenciais (BRASIL, 2004b).